



CONTRATO Nº 179/2021/SEAP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021/SEAP
PROCESSO Nº 2021/229054

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
179/2021/SEAP, QUE CELEBRAM ENTRE SI A
SECRETARIA DE ESTADO DE
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP
E A EMPRESA SQUATTO LABS, COMO
ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, com sede em Belém-Pará, na Rua dos Tamoios 1592, entre Padre Eutíquio e Apinagés, Bairro: Batista Campos – Belém-PA CEP: 66.033–172, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 05.929.042/0001-25, doravante denominada **CONTRATANTE**, devidamente representada por seu Secretário, **JARBAS VASCONCELOS DO CARMO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1921997 PC/PA e do CPF nº 304.890.402-68, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado a Empresa **SQUATTO LABS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**, com sede em R 9 Norte, s/n, lotes 5, Rua das Pitangueiras, lote 6, Loja 11 e 12, parte 145. Edif. Easy, CEP: 71.908-540, Brasília - Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 41.040.487/0001-13, Inscrição Estadual nº. 0803864500110, telefone/ fax nº (61) 99163-4008, e-mail: contato@squattolabs.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio/ Administrador GABRIEL MICHELS DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 36242284 SSP/DF e CPF nº 067.815.952-48, por este instrumento e na melhor forma de direito, sujeitas as partes às disposições da Constituição Federal de 05/10/1988, Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Decreto nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 877, de 01/04/08; Decreto Estadual nº 534/2020, Lei Complementar nº. 147, de 07/08/2014, que altera a Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Decreto Estadual n. 619/2020 e a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em suas redações atuais e demais legislação complementar, e ao Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2021/SEAP**, têm entre si justo e contratado empresa para aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de administração Penitenciária – SEAP, descritos na Cláusula Primeira deste Ajuste, nos termos da proposta da **Contratada**, datada de 01/09/2021, a qual forma parte integram deste instrumento e mediante as Cláusulas e condições a seguir estipuladas, do inteiro conhecimento das partes contratantes, que aceitam e se obrigam a cumprir integralmente:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

a) Constitui objeto do presente Instrumento Contratual a aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da

GABRIEL
MICHELS
DA
SILVA:067
01500510

Assinado de forma
digital por GABRIEL
MICHELS DA
SILVA:06781592548
Dados: 2021.12.20
09:26:15 -03'00'



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP/PA
Rua dos Tamoios, 1592 – Batista Campos, Belém-PA – CEP 66033-172
Coordenadoria de Contratos - Telefone: (91) 3239-4216 – E-mail: con.seap@seap.pa.gov.br

JARBAS
VASCONCELO
S DO CARMO

Assinado de forma digital
por JARBAS VASCONCELOS
DO CARMO
Dados: 2021.12.21 12:08:38
-03'00'



Informação da Secretaria de Estado de administração Penitenciária – SEAP, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I, do edital, que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente contrato será recebido desde que estejam de acordo com as especificações do edital, da proposta e demais regras deste instrumento, considerando-se ainda os procedimentos enunciados a seguir:

a) O fornecimento dos objetos contratados deverão ser de boa procedência e, no que couber, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, considerando-se também as disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que será aplicada subsidiariamente, bem como deverá ser observado o prazo de validade dos objetos contratados que deverão ser conforme a do fabricante.

b) Os materiais a serem fornecidos deverão corresponder ao constante na proposta adjudicada pela SEAP, inclusive no tocante às especificações que individualizam cada um deles. Deverão ser fornecidos na embalagem do fabricante, juntamente com uma nota fiscal, ocasião em que o responsável pelo recebimento, atestará a referida nota, após constatar que o material especificado está discriminado de acordo com as informações de modelo, marca e preço que lhe foram repassadas pelo setor responsável.

c) As providências que ultrapassarem a competência do encarregado de receber o material deverão ser encaminhadas ao setor responsável do Órgão, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

d) Não poderão ser fornecidos materiais usados ou com qualquer tipo de anomalia.

e) Os objetos contratados descritos no **Termo de Referência – Anexo I do Edital** serão recebidos:

e.1) provisoriamente, por intermédio do responsável pelo recebimento dos materiais de no local de entrega, para posterior comprovação da conformidade com o que foi efetivamente contratado; verificação da qualidade e quantidade do objeto, sendo ainda constatado com as especificações descritas no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

e.2) definitivamente, por um servidor ou comissão legalmente designada para essa finalidade, após comprovação da qualidade dos objetos entregues e consequente aceitação, impreterivelmente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega.

e.3) rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

f) Ainda que os objetos sejam recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da contratada pela validade e qualidade dos mesmos.

g) A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

h) Os materiais recusados serão considerados como não entregues;



i) A substituição dos materiais recusados nos prazos contidos neste Contrato deverá ocorrer imediatamente, a contar da comunicação da irregularidade à Contratada, no mesmo prazo da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

a) Importa o presente Contrato em **R\$ 22.358,90 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SWITCH GIGABIT ETHERNET COM 08 PORTAS Padrões: IEEE 802.3 - 10BASE-T; IEEE 802.3u - 100BASE-TX; IEEE 802.3x - Flow Control; IEEE 802.1p - Priority Queueing (QoS); IEEE 802.3az - Energy Efficient Ethernet. Portas: 8 - RJ45 10/100/1000 Mbps com Auto negociação Auto MDI/MDI-X: Detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover) LEDs indicadores: 8 – LAN, 1 – Power. Método de transferência: Armazena e envia (Store-and-Forward) Tabela de endereço MAC: 1 K Backplane: 1,6 Gbps Buffer de memória: 448 Kbits Jumbo frame: 1536 bytes	und	Intelbrás	20	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
2	SWITCH GIGABIT ETHERNET COM 24 PORTAS Padrões: IEEE802.3 - 10BASE-T; IEEE802.3u - 100BASE-TX ;	und	Intelbrás	20	R\$ 575,00	R\$ 11.510,00



	IEEE802.3x - Full Duplex Flow Control; IEEE802.1p - Priority Queueing (QoS). Protocolo: CSMA/CD Taxa de transferência: Ethernet: 10 Mbps (Half Duplex) 20 Mbps (Full Duplex) Fast Ethernet: 100 Mbps (Half Duplex) 200 Mbps (Full Duplex) Tamanho da tabela de endereços MAC 8 k Quantidade de portas 24 portas 10/100/1000 Mbps com negociação de velocidade automática Método de Transferência Armazena e envia (store and forward) Aprendizado de endereços MAC Aprendizado e atualização automática Fonte de alimentação Interna automática Entrada: 100-240 VCA/50-60 Hz/0,6A Montável em Rack padrão 19"					
28	ROTEADOR ACCESS POINT - Com Alta velocidade para redes; Wi-Fi com velocidade de até 1350; suporta até 350 usuários conectados com estabilidade. Especificações técnicas Desempenho Taxa de transmissão nominal 1350	und	Intelbrás	10	R\$ 784,89	R\$ 7.848,90



Mbps Throughput por frequência 450 Mbps (2.4 GHz) + 867 Mbps (5 GHz) Dispositivos conectados simultâneos Até 350 usuários simultâneos Chipset QCA 9563 + QCA 9886+ AR8033 Antena Tipo Omnidirecional interna Ganho 4dBi (2.4GHz) e 5dBi (5GHz) Número de antenas 2.4 GHz (3x3) 5GHz (2x2) Interface de dados Interface 1x 10/100/1000BASE-T, RJ45, Porta PoE Proteção antissurto 8 kV Memória Flash 16 MB RAM 128 MB Fonte Tipo de alimentação PoE Tensão de entrada 100 - 240 Vac 50/60 Hz Saída 24 V Alimentação Tipo de alimentação Poe 24 V passivo ou IEEE 802.3af/A Consumo máximo 12 W WLAN (Wi-Fi) Padrões IEEE 802.11ac/a/n/b/g/n Tecnologia wireless MiMo Faixa de frequência de operação IEEE 802.11a/ac/n: 5.15 - 5.25 GHz; 5.25 - 5.35GHz com DFS; 5.47 - 5.725 GHz; 5.725 - 5.85 GHz IEEE 802.11b/g/n: 2.4 - 2.484 GHz Frequência 2.4 GHz e 5.8 GHz operando simultaneamente Potência de transmissão 24 dBm em 2.4 GHz e 22 dBm em 5 GHz Sensibilidade recepção -90 dBm Largura de banda 20 MHz, 40 MHz, 80 MHz BSSID 8 em 2.4 GHz + 8 em 5 GHz Taxas de transmissão					
--	--	--	--	--	--





nominais 802.11n/ac: 6.5 Mbps - 173.4 Mbps (20MHz); 13.5 Mbps - 400 Mbps (40 MHz); 29.3Mbps 867 Mbps (80 MHz) 802.11a: 54, 48, 36, 24, 18, 12, 9 e 6 Mbps 802.11b: 11, 5.5, 2 e 1 Mbps 802.11g: 54, 48, 36, 24, 18, 12, 9 e 6 Mbps Gerais Dimensões (L x A x P) 220 x 220 x 38 mm .					
PREÇO GLOBAL (R\$) 22.358,90 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).					

Conforme proposta comercial apresentada pela Contratada no Pregão Eletrônico nº 035/2021/SEAP, sendo os correspondentes pagamentos efetuados pela Diretoria de Administração de Recursos da SEAP, mediante crédito em conta corrente da Contratada BANCO INTER, AG: 0001, C/C: 11130368-0, mediante a comprovação de entrega dos itens constantes na Cláusula Primeira, devendo ser emitida a Nota Fiscal/ Fatura correspondente, expedida de acordo com a legislação fiscal vigente, contendo a discriminação dos objetos fornecidos. Não havendo documentos a regularizar ou entregar, o pagamento será processado no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à data do protocolo da Fatura/Nota Fiscal. Havendo documentação irregular, o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento somente contará, após a regularização por parte da empresa.

b) A Administração exigirá a comprovação de regularidade fiscal da empresa na ocasião do pagamento da fatura.

c) Na hipótese de solicitação de revisão dos **preços** ofertados pela Contratada, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do Contrato e documentação correlata (lista de preços da fonte produtora e/ou transportadora, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

d) Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto a revisão dos **preços** pactuados.

e) A eventual autorização da revisão dos **preços** contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do efetivo desequilíbrio da equação econômico-financeira, apurada no processo administrativo.



f) Enquanto eventuais solicitações de revisão dos **preços** pactuados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

g) A Contratante deverá, quando autorizada a revisão dos **preços** pactuados, lavrar Termo Aditivo com o preço revisado e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado à Contratada, até o 30º (trigésimo) dia, após apresentação da respectiva Nota Fiscal referente ao fornecimento realizado dos respectivos materiais e/ou equipamentos, objeto deste termo de referência, acompanhada do respectivo histórico de fornecimentos realizados pela Contratada, junto ao qual deverão estar anexadas as requisições solicitadas, se for o caso.

b) O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora por meio de ordem bancária, em conta corrente com indicação na Nota Fiscal.

c) Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

d) Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA em favor da Contratada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

a) A entrega do objeto licitado será em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste CONTRATO, de acordo com a necessidade e especificação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.

b) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos deste Contrato.

c) Os produtos rejeitados deverão ser substituídos por outro dentro das especificações exigidas, arcando com todos os custos a empresa Contratada. A SEAP não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados.

d) A entrega dos equipamentos deverá ser realizada, preferencialmente, em horário comercial de 08h00minh as 14h00h, na Gerência de Patrimônio, localizada no endereço: Na BR316 – Al. Caixaparah – R. Jardim Estrela, s/n - Coqueiro – CEP: 67.100-000 - Ananindeua/PA – e-mail: gpat.susipe@gmail.com.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- b) Fornecer os materiais, conforme pedidos da CONTRATANTE, e de acordo com o prazo, quantidades e especificações aqui definidas, atendendo aos itens 01 e 04 do Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato;
- c) Substituir os materiais em que se verificarem vícios, no mesmo prazo destinado à entrega, a contar da notificação pela CONTRATANTE;
- d) Emitir Nota (s) Fiscal (is) da (s) entrega (s) efetivamente realizada (s), apresentando-a (s) à CONTRATANTE, bem como discriminar na referida nota o local do fornecimento, o número do contrato, da Nota de Empenho e o objeto;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato/empenho, facultada a supressão além deste limite, mediante acordo a ser celebrado entre as partes;
- f) Corrigir às suas expensas os serviços ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- g) Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Arcar com todos os encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato/empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) Notificar a CONTRATADA a respeito dos vícios verificados nos materiais fornecidos;
- b) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA no prazo estabelecido na Clausula Quarta deste Contrato.
- c) Fiscalizar a execução deste contrato/empenho e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento deste Ajuste e do Termo de Referência;
- d) Tomar todas as providências, a seu cargo, necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.
- f) Não efetuar qualquer pagamento à CONTRATADA, caso esta tenha sido regularmente multada pela CONTRATANTE, antes da quitação, anulação ou revogação da referida sanção administrativa regularmente aplicada.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

- a) Garantia do fornecedor, devidamente comprovada através de declaração em sua documentação de habilitação, na região e/ou cidade do contratante;
- b) Qualquer material recebido, que venha a apresentar defeito de fabricação no prazo de até 180 dias contados da data de recebimento definitivo deverá ser substituído pela CONTRATADA em até 05 (cinco) dias consecutivos.



c) O tempo de garantia para os materiais permanente deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, a partir da data de seu recebimento pelo setor competente desta Secretaria.

CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

a) O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, não podendo este sofrer aditamento de prazo.

CLÁUSULA DECIMA: DOS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL

a) Aplica-se ao presente Contrato, no que for cabível, a disposição constante dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n. 8.666/93, Artigo 7º da Lei nº 10.520 e no Artigo 14 do Regulamento da Licitação na modalidade de Pregão.

b) O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora assumidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 035/2021-SEAP, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

c) O descumprimento, total ou parcial, pela Contratada do disposto no art. 195, §3º, da CF/88 e art. 28, §4º, da Constituição do Estado do Pará, concernente as suas obrigações em relação a regularidade previdenciária.

d) A inexecução do contrato, total ou parcialmente, por prazo superior a 24 horas, ensejará sua rescisão automática, conforme Art. 77 da Lei 8.666/93.

e) Sendo, porém, formalmente justificada a inexecução, a contratante, após análise das razões invocadas pelos contratados, rescindir o contrato se entendê-las impertinentes ou manterá sua vigência, caso entenda fundadas as razões apresentadas pelo contratado.

f) A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente instrumento, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização e sem o prejuízo das penalidades pertinentes, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666/93, bem como nos casos elencados abaixo:

f.1) A Contratante poderá considerar resilido o Contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpretação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a Contratada:

f.1.1) Deixar de executar o Contrato, nos prazos estipulados, ou infringir qualquer disposição contratada.

f.1.2) Tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se.

f.1.3) Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do Contrato.

f.1.4) Atrasar, injustificadamente, a execução do Contrato.

f.1.5) Cometer faltas ou atrasos injustificados durante a execução do Contrato.

f.1.6) Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato.

g) A rescisão deste Contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

a) O presente contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93 e demais alterações.

a.1) Em caso de alteração, a **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além desse limite por acordo entre as partes, conforme dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RECONHECIMENTO DE DIREITOS

a) A Contratada declara conhecer e aceitar as prerrogativas conferidas a Contratante pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos de rescisão administrativa previstas no art. 77, do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

a) A **CONTRATADA** que não cumprir as exigências estipuladas neste contrato, poderá ter suspenso o direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, bem como terá registrada a penalidade junto ao SICAF, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais (Lei Estadual nº 6.474/2002 art.11, Decreto nº 2.069/2006, art. 29).

b) Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, a SEAP poderá aplicar ao fornecedor, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, em conformidade com os artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participar em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo não superior de 02(dois) anos, e dosado segundo a gravidade da falta cometida.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

b.1) Identificada à necessidade de instauração de processo administrativo para apurar responsabilidades da contratada, o representante da mesma será comunicado da possibilidade de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia.

b.2) No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede da SEAP.





b.3) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

Da Advertência

c) A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesa desta SEAP/PA.

I – Quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório; e

II – se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

Da Multa

d) A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesa desta SEAP/PA, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais.

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, na entrega do material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente ao valor do contrato até o máximo de 9,9 %, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

II – 0,66 (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30(trinta) dias;

III – 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV – 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

d.1) A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art.86 da Lei 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;

II – Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III – mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

Da Suspensão

e) A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesa da SEAP/PA, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ ou contratada no Cadastro de Fornecedores, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:



I – Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ ou contratada permanecer inadimplente;

II – por até 90 (noventa) dias, quando a licitante, deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III – por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, de falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV – por 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento.

e.1) A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Estado.

e.2) O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

f) Da Declaração de Inidoneidade

f.1) A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SEAP, ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual;

f.2) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública Estadual será proposta pela SEAP e endereçada ao Secretário Estadual de Administração para aplicação à contratada que incorrer em um dos casos a seguir:

f.3) For condenada, em sentença irrecorrível, por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

f.4) Praticar ato ilícito, visando frustrar os objetivos da licitação, bem como durante a execução do contrato;

f.5) Apresentar proposta inexecutável ou temerária, frustrando os objetivos da licitação;

f.6) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude da prática de ato ilícito, tais como:

a) Agir com malícia e premeditação em prejuízo do órgão licitador;

b) Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento expresso do órgão licitador.

f.7) A penalidade aplicada será registrada no cadastro da SEAP e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada pelo período estabelecido na penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.



f.8) A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

f.9) A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Estado, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Estado, e à Administração Pública, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93.

Do Direito de Defesa

g.1) É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

g.2) O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

g.3) Na contagem dos prazos estabelecidos neste capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

g.4) Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar:

I – a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II – o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III – o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV – o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

h) Após o julgamento do recurso, ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

i) Ficam desobrigados do dever de publicação no Diário Oficial do Estado às sanções aplicadas com fundamento nas alíneas “c” e “d” deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art.65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL

a) O presente Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 035/2021/SEAP, à proposta da Contratada e ao Termo de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO

- a) A Administração da SEAP convocará a Empresa vencedora, durante a validade da sua proposta para assinar este Contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei n.º 8.666/93;
- b) O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da SEAP;
- c) É facultado à Administração da SEAP, quando a convocada não assinar o Contrato, não retirar ou não aceitar a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei n.º 8.666/93;
- d) A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar este Contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração da SEAP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- a) A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/PA, nos termos do Artigo 67 da Lei nº. 8.666/93. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: REGISTRO E PUBLICAÇÃO

- a) O presente Contrato deverá ser publicado nos Diários Oficiais do Estado (IOEPA) e da União (Imprensa Nacional), sob a forma de extratos, pela Contratante, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) As despesas decorrentes da aquisição e execução do objeto correrão às contas do programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E, cujos dados específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DOS CASOS OMISSOS

- a) Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

a) As partes signatárias elegem, com exclusão de qualquer outro, o Foro da Comarca de Belém-Pará, para a solução de controvérsias ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que sejam produzidos os efeitos legais e jurídicos pretendidos.

Belém/PA, 21 de dezembro de 2021.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Assinado de forma digital por JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Dados: 2021.12.21 12:13:14 -03'00'

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

GABRIEL MICHELS DA SILVA:06781592548
Assinado de forma digital por GABRIEL MICHELS DA SILVA:06781592548
Dados: 2021.12.20 09:32:03 -03'00'

GABRIEL MICHELS DA SILVA
Squatto Labs Comércio de Equipamentos Eletrônico LTDA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF nº

2 - _____
CPF nº



1050007663E.
 DATA DA ASSINATURA: 20/12/2021
 VIGÊNCIA: 20/12/2021 A 20/12/2022 (12 meses)
 CONTRATADO: LUIZ SILVA BIZERRA
 CNPJ: 42.663.083/0001-49
 ENDEREÇO: Panorama XXI 1, Q 13, Bairro: Mangueirão, Belém, Pará.
 ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO – Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 744725

CONTRATO: 186/2021

EXERCÍCIO: 2021
 OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP
 VALOR TOTAL: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2021
 VIGÊNCIA: 21/12/2021 A 21/12/2022 (12 meses)
 CONTRATADO: SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI
 CNPJ: 29.843.035/0001-74
 ENDEREÇO: RUA FRITZ SPERNAU, 1000, GALPÃO 1, BAIRRO: FORTALEZA, BLUMENAU/SC
 ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO – Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 744863

CONTRATO: 179/2021

EXERCÍCIO: 2021
 OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP
 VALOR TOTAL: R\$ 22.358,90 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E.
 DATA DA ASSINATURA: 21/12/2021
 VIGÊNCIA: 21/12/2021 A 21/12/2022 (12 meses)
 CONTRATADO: SQUATTO LABS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
 CNPJ: 41.040.487/0001-13
 ENDEREÇO: R 9 Norte, s/n, lotes 5, Rua das Pitangueiras, lote 6, Loja 11 e 12, parte 145. Edif. Easy, Brasília - Distrito Federal.
 ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO – Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 744921

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo nº 2021 /241927
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021
 A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, por meio do seu Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais e após constatada a regularidade dos atos procedimentais decide HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 026/2021, que tem como objeto a aquisição de 6.784 (seis mil setecentos e oitenta e quatro) para suprir a demanda desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP/PA, em favor das empresas abaixo declarada vencedora:
 FORTGEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ 41.587.658/0001-29, vencedora pelo critério de menor preço global, no valor total de R\$ 581.679,39 (Quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos).
 Valor total do Pregão Eletrônico nº 026/2021/SEAP: R\$ 581.679,39 (Quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos).
 Belém-PA, 21/12/2021.
 JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
 Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 744958

DIÁRIA**PORTARIA Nº 2174/2021**

Objetivo: ESCOLTAR INTERNOS, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DE CRRBREVES- PARA CRPP V- CPASI E CTM IV- SANTA IZABEL/PA.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: SANTA IZABEL/PA
 Servidor (es): 5905002 – ABNER DA SILVA CABRAL NETO – AG. PRISIONAL – 5905634 – ADRIANO JOSÉ E CUNHA TEIXEIRA – AG. PRISIONAL – 5723108/2 – ALAN CASTRO DA SILVA – AG. PRISIONAL – 5905775/1 – JHONATAS GEORGE DOS SANTOS RICARDO – AG. PRISIONAL – 5917151 – LEONALDO GUEDES DE FREITAS – AG. PRISIONAL – 5918125 – RENATO LOUREIRO DA SILVA – AG. PRISIONAL – 8403283/1 – SAULO PANTOJA ANDRADE – AG. PRISIONAL.
 Período: 30/07/2021 a 31/07/2021 - Diária(s): 01 e 1/2 (uma e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744741

PORTARIA Nº 2916/2021

Objetivo: TROCA DO VEÍCULO ADMINISTRATIVO TOYOTA ETIOS PLACA PCN-1104, POR TÉRMINO DO CONTRATO, POR VEÍCULO VOYAGE (CON-

TRATO NOVO). Após, ir na SEDE/SEAP, RESOLVER ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES /CRR
 Destino: BELÉM/PA
 Servidor (es): 4220589 – OCIR ADAM LIMA DA SILVA – DIRETOR.
 Período: 17/02/2021 a 23/02/2021 - Diária(s): 06 e ½ (seis e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744742

PORTARIA Nº 2793/2021

Objetivo: CONDUZIR O VEÍCULO ADMINISTRATIVO, S-10 VTR, PLACA QVK 5G61, PARA MANUTENÇÃO periódica na Credicard. APÓS, IR A SEDE SEAP/ RESOLVER ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: BELÉM/PA
 Servidor (es) : 5947148 – MARCELO DA SILVA FIGUEIRA – GER. ADMINISTRATIVO.
 Período: 10/10/2021 a 15/10/2021 - Diária(s): 05 e ½ (cinco e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744743

PORTARIA Nº 2632 /2021

Objetivo: APANHAR MEDICAÇÃO NA GBIO, BUSCAR SANDÁLIAS E UNIFORMES PARA INTERNOS NO DLPI- APÓS, ir a SEDE ENTREGAR MALOTES NA SEDE/SEAP.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: BELÉM/PA
 Servidor (es): 5947148 – MARCELO DA SILVA FIGUEIRA – GER. ADMINISTRATIVO.
 Período: 24/03/2021 a 26/03/2021 - Diária(s): 03 e ½ (três e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744744

PORTARIA Nº 2631/2021

Objetivo: IR A SEDE/SEAP, ENTREGAR MALOTE, RECEBER MEDICAÇÃO NA GBIO, BUSCAR MATERIAL NO DLPI, RESOLVER ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS NA DGP, DAR E CTRANS.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR.
 Destino: BELÉM/PA
 Servidor (es): 5947148 – MARCELO DA SILVA FIGUEIRA – GERENTE ADMINISTRATIVO.
 Período: 14/04/2021 a 16/04/2021 - Diária(s): 05 e 1/2 (cinco e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744745

PORTARIA Nº 1934/2021

Objetivo: ESCOLTAR INTERNO, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DE CRR -BREVES, PARA CPASI- COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DE SANTA IZABEL/PA.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: SANTA IZABEL/PA
 Servidor (es): 5905635/4 – BRIAN DAVISSON ASSIS DE VASCONCELOS – AG. PRISIONAL – 5950100 – CARLOS ALBERTO BARBOSA CUSTÓDIO – AG. PRISIONAL – 5957841 – ELIZIEL DA GAMA RIBEIRO – AG. PRISIONAL – 5918454 – MICHEL PACHECO DE FREITAS – AG. PRISIONAL – 5904975 – PAULO VILON OTONI MORAES – AG. PRISIONAL – 5942965 – RILSON DA COSTA QUEIROZ – AG. PRISIONAL – 5957842 – RODRIGO ALMEIDA DA GAMA – AG. PRISIONAL.
 Período: 02/07/2021 a 03/07/2021 - Diária(s): 01 e ½ (uma e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744747

PORTARIA Nº 2790/2021

Objetivo: ESCOLTAR INTERNO, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DA CRR-BREVES, PARA A CTM III- SANTA IZABEL DO PARÁ E CRCO-BELÉM/PA.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: SANTA IZABEL/BELÉM/PA
 Servidor (es) : 5938811/2 – ADRIANO BISMARCK SOARES E SILVA – AG. PRISIONAL – 5950100 – CARLOS ALBERTO BARBOSA CUSTÓDIO – AG. PRISIONAL – 5918065/2 – FREDERICK MACHADO FARIAS – AG. PRISIONAL – 5913327/3 – JAIRO LIMA VIEIRA – AG. PRISIONAL – 5920622/2 – JOAQUIM NUNES DA COSTA JÚNIOR – AG. PRISIONAL – 5918095 – LUCAS LEÃO VANZELER – AG. PRISIONAL – 6403734 – NELSON SOUZA CUSTÓDIO – AG. PRISIONAL.
 Período: 19/07/2021 a 20/07/2021 - Diária(s): 01 e ½ (uma e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744748

PORTARIA Nº 2798 /2021

Objetivo: PRESTAR APOIO DE SAÚDE, NA PERÍCIA PSIQUIÁTRICA DE INTERNO, NO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
 Origem: BREVES/CRR
 Destino: BELÉM/PA
 Servidor (es): 59522434 – ADAMIRO CAMPOS RODRIGUES JÚNIOR – TÊC. ENFERMAGEM – 5905635/4 – BRIAN DAVISSON ASSIS DE VASCONCELOS – AG. PRISIONAL – 5920622/2 – JOAQUIM NUNES DA COSTA JÚNIOR – AG. PRISIONAL.
 Período: 10/08/2021 a 12/08/2021 - Diária(s): 02 e ½ (duas e meia)
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 744750

PORTARIA Nº 2797/2021

Objetivo: ESCOLTAR INTERNO, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DE CRR-BREVES, PARA O CENTRO DE TRIAGEM MASCULINO DE VITÓRIA DO XINGU.
 Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021-SEGUP/PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/331599
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, no uso de suas atribuições legais resolve HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº. 012/2021- SEGUP/PA, cujo objeto é a aquisição de 18 (dezoito) aeronaves remotamente pilotadas (RPAs), usualmente denominados "DRONES", para atender a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, com recurso oriundo do Convênio nº 907362/2020 firmados entre a SEGUP/PA e SEGEN- MJ, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência, conforme edital e seus anexos, pelo critério de menor preço por lote, a empresa DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI - CNPJ nº 30.019.904/0001-20.
Item 01: Aeronave Remotamente Pilotada - RPA, conforme especificações técnica descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital; Quantidade: 18; Valor Unitário: R\$ 50.111,11; Valor Total: R\$ 901.999,98.
Item 02: Cartão de Memória, conforme especificações técnica descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital; Quantidade: 18; Valor Unitário: R\$ 222,22; Valor Total: R\$ 3.999,96.
Item 03: Kit Fly More, conforme especificações técnica descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital; Quantidade: 18; Valor Unitário: R\$ 7.072,22 ; Valor Total: R\$ 127.299,96.
Valor Total do Lote: R\$ 1.033.299,90 (Um milhão, trinta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Belém-PA, 21 de dezembro de 2021.
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa-SEGUP/PA

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021

Processo n º 2021/241927
A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP/PA, por meio do seu Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais e após constatada a regularidade dos atos procedimentais decide HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 026/2021, que tem como objeto a aquisição de 6.784 (seis mil setecentos e oitenta e quatro) para suprir a demanda desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará - SEAP/PA, em favor das empresas abaixo declarada vencedora: FORTEGEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ 41.587.658/0001-29, vencedora pelo critério de menor preço global, no valor total de R\$ 581.679,39 (Quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos). Valor total do Pregão Eletrônico nº 026/2021/SEAP: R\$ 581.679,39 (Quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos).

Belém-PA, 21 de dezembro de 2021.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2021

CONTRATO: 186/2021 EXERCÍCIO: 2021. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de administração Penitenciária - SEAP VALOR TOTAL: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E. DATA DA ASSINATURA: 21/12/2021 VIGÊNCIA: 21/12/2021 A 21/12/2022 (12 meses) CONTRATADO: SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI CNPJ: 29.843.035/0001-74 ENDEREÇO: RUA FRITZ SPERNAU, 1000,GALPÃO 1, BAIRRO: FORTALEZA, BLUMENAU/SC ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO - Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2021

CONTRATO: 184/2021 EXERCÍCIO: 2021. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de administração Penitenciária - SEAP VALOR TOTAL: R\$ 2.236,54 (dois mil e duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E. DATA DA ASSINATURA: 20/12/2021 VIGÊNCIA: 20/12/2021 A 20/12/2022 (12 meses) CONTRATADO: LUIZ SILVA BIZERRA CNPJ: 42.663.083/0001-49 ENDEREÇO: Panorama XXI 1, Q 13, Bairro: Mangueirão, Belém, Pará. ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO - Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

EXTRATO DE CONTRATO 179/2021

CONTRATO: 179/2021 EXERCÍCIO: 2021
OBJETO: Aquisição de materiais permanentes de informática com intuito de atender as necessidades do Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de administração Penitenciária - SEAP VALOR TOTAL: R\$ 22.358,90 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho 97.101 03.421.1502.7663, natureza de despesa 449052, fonte 0370, PI 1050007663E. DATA DA ASSINATURA: 21/12/2021 VIGÊNCIA: 21/12/2021 A 21/12/2022 (12 meses) CONTRATADO: SQUATTO LABS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA CNPJ: 41.040.487/0001-13 ENDEREÇO: R 9 Norte, s/n, lotes 5, Rua das Pitangueiras, lote 6, Loja 11 e 12, parte 145. Edif. Easy, Brasília - Distrito Federal. ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO - Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 218/2021

PROCESSO Nº 32.901.900003.2021
OBJETO/ÓRGÃO(S): AQUISIÇÃO DE TRITURADOR PARA GRÃOS, MISTURADOR PARA FABRICAÇÃO DE RAÇÃO E COLHEITADEIRA DE FORRAGEM, destinado à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA - SEDAP, conforme edital e anexos.
DATA E HORÁRIO: 12/01/2022 às 09h00 (horário de Brasília).
PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras (COMPRAS.GOV.BR) - UASG Nº 925302
O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Estadual nº 24.649/03 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe. Maiores informações, inclusive sobre o edital, poderão ser obtidas pelos

sites www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br e pelo e-mail gelic08@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º Andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa - PB - Tel. 83 3208-9839.
CADASTRO CGE Nº 21-02485-8

João Pessoa, 21 de dezembro de 2021.

JOÃO CLÁUDIO ARAÚJO SOARES

Gerente Executivo de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 437/2021

Objeto: Execução de obra para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, compreendendo a implantação de rede coletora de esgoto e ligações prediais de esgoto, no município de Itaperuçu, com fornecimento total de materiais/equipamentos, insumos e mão de obra necessária, conforme detalhado nos anexos do edital. Recursos: BNDES. Abertura da Licitação: 15h do dia 17/01/2022. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fone (41)3330-3204, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>

MARCIO RICARDO DAS CHAGAS LIMA

Gerente de Aquisições

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA

Diretora Administrativa

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 439/2021

Objeto: Unidade 1 - Execução de obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no município de Apucarana, compreendendo a operacionalização de poço, adutora, travessias e instalações elétricas, com fornecimento total de materiais, conforme detalhado nos anexos do edital. Unidade 2 - Execução de obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no município de Apucarana, compreendendo a operacionalização de poço, sistema de produção de hipoclorito, adutora e reservatório, com fornecimento total de materiais, conforme detalhado nos anexos do edital. Recursos: Próprios e Caixa. Abertura da Licitação: 10h do dia 07/03/2022. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fone (41)3330-3204, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>

MARCIO RICARDO DAS CHAGAS LIMA

Gerente de Aquisições

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA

Diretora Administrativa

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021, CEL I - OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS REMANESCENTES DA TERRA ARMADA DO VIADUTO V2 - RAMAL DA COPA, RECIFE/PE". SESSÃO INICIAL: 24/01/2022, às 14h30. Valor Estimado: R\$ 3.693.048,21. LOCAL: Prédio da SEDUH/PE, sito à Estrada do Barbalho, nº 889-A, Iputinga, Recife/PE. O Edital estará à disposição dos interessados no site: www.licitacoes.pe.gov.br ou na sala da GGLIC/SEDUH, no endereço já mencionado, através de contato prévio pelo telefone (081) 3181-3311, mediante a entrega de um CD-R ou DVD-R virgem e preenchimento de formulário com dados da empresa.

EDUARDO DE LIMA RODRIGUES.

PRESIDENTE DA CEL I

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021, CELIII - CONCORRÊNCIA Nº 001/2021 - OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DO GIRO DE QUADRA NAS IMEDIAÇÕES DA UPA-CAXANGÁ EM RECIFE-PE". SESSÃO INICIAL: 24/01/2022, ÀS 10H30. VALOR ESTIMADO: DE R\$ 3.899.673,22. LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SEDUH, SITO À ESTRADA DO BARBALHO, Nº 889-A, IPUTINGA, RECIFE/PE. O EDITAL ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO SITE: WWW.LICITACOES.PE.GOV.BR OU NA SALA DA GGLIC/SEDUH, NO ENDEREÇO JÁ MENCIONADO, ATRAVÉS DE CONTATO PRÉVIO PELO TELEFONE (81) 3181-3311 OU PELO E-MAIL CEL3@SEDUH.PE.GOV.BR, MEDIANTE ENTREGA DE UM CD-R/DVD-R VIRGEM E PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO COM DADOS DA EMPRESA.

JEFFERSON GOMES LOPES

Presidente da CEL III





CONTRATO Nº 179/2021/SEAP-PA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021/SEAP-PA
PROCESSO Nº 2021/229054

ERRATA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 179/2021/SEAP-PA

ERRATA			
FOLHA	CLÁUSULA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
3	<u>TERCEIRA: DO</u> <u>PREÇO</u>	ITEM 02: VALOR UNITÁRIO: 575,00	ITEM 02: VALOR UNITÁRIO: 575.50


BEATRIZ CALUFF CANTO
Coordenadoria de Contratos/SEAP